

26 MAR 2015

FOLHA DE S. PAULO

Desembargador investigado é contratado pela Petrobras

Ele é suspeito de atrasar processo para favorecer deputado estadual tucano

Magistrado atuava nos contatos entre o TJ-SP e o BB, então presidido por Aldemir Bendine, de quem agora é consultor

FREDERICO VASCONCELOS
DE SÃO PAULO

O desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de São Paulo Armando Sérgio Prado de Toledo, 59, investigado no CNJ (Conselho Nacional de Justiça) sob suspeita de favorecer o deputado estadual Barros Munhoz (PSDB-SP), foi contratado no dia 16 como consultor do presidente da Petrobras, Aldemir Bendine.

Cinco dias antes, Toledo surpreendeu os colegas da magistratura com o requerimento de aposentadoria, concedida pelo presidente do TJ-SP, José Renato Nalini.

Ele poderia permanecer no cargo por mais onze anos.

Segundo afirma a Petrobras, Toledo prestará assessoria à presidência "em matérias relacionadas ao seu histórico profissional e acadêmico na área jurídica".

Ele não respondeu os pedidos da Folha para confirmar se acompanhará os processos da Operação Lava Jato.

Magistrados atribuem a contratação de Toledo a possível retribuição por sua atuação na intermediação de contatos do Banco do Brasil, presidido por Bendine até fevereiro, com o TJ paulista.

Por vários anos, Toledo tratou de interesses do tribunal junto a órgãos públicos.

Em junho passado, ele participou da cerimônia de assinatura de dois convênios que centralizaram no BB os créditos da folha de pagamentos do TJ-SP, contas de depósitos judiciais e créditos de precatórios (dívidas do Estado com pessoas físicas e jurídicas).

Os convênios foram firmados por Bendine e Nalini.

Toledo não está impedido de assumir o cargo na Petrobras. Aposentado, ele só não pode exercer a advocacia perante o judiciário paulista.

SUSPEITA

A Folha revelou em 17 de fevereiro que o então desembargador havia retardado por mais de três anos uma ação penal contra Barros Munhoz supostamente para beneficiar o deputado estadual tucano.

O processo é referente a suspeita de desvios de recursos quando Munhoz era prefeito de Itapira (SP).

Os crimes de formação de quadrilha, fraude à licitação e omissão de informações ao Ministério Público prescreveram enquanto o processo estava com Toledo. Munhoz ainda responde ação penal por suposta apropriação e desvio de bens e rendas públicas por 33 vezes.

Toledo deixou a corte paulista desgastado. Na eleição que conduziu Nalini à presidência, foi o último colocado na disputa pelo cargo de corregedor-geral.

O presidente do TJ-SP acomodou-o como representante do tribunal na Comissão Executiva do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil, que não faz parte da estrutura formal do Judiciário e atua para defender as prerrogativas do Poder em eventos com patrocínio público e privado.

A demora no CNJ para levar a julgamento uma reclamação disciplinar contra Toledo gerou a suposição entre magistrados da existência de rede de proteção para blindá-lo no TJ-SP e no órgão de controle externo do Judiciário.

A aposentadoria voluntária não extingue a responsabilidade administrativa.

Dependendo da decisão do CNJ, ela pode ser convertida em compulsória e o Ministério Público pode mover ação de perda do cargo de desembargador e da aposentadoria.

CONTINUA

26 MAR 2015

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

>OUTRO LADO<

Magistrado não comenta cargo na petroleira

O desembargador aposentado Armando Sérgio Prado de Toledo não atendeu aos pedidos de entrevista para explicar quais serão suas atividades como consultor da Petrobras e se sua atuação na área jurídica da estatal envolverá o acompanhamento dos processos da Operação Lava Jato.

Ao justificar a demora em julgar a ação penal contra o deputado estadual Barros Munhoz (PSDB-SP), Toledo argumentou que exercia várias atividades no tribunal, além de ser diretor da Escola Paulista da Magistratura.

Ao Ministério Público Federal, disse que estava afastado havia muito tempo do julgamento de ações penais, pois atuava desde 2002 na área de Direito Privado. E que não foi sido alertado por uma servidora sobre “a verificação de eventual prescrição”.

Quando procurado pela Folha, em fevereiro, afirmou que não comentaria o caso, “em respeito à hierarquia” e porque o assunto está “em apreciação pela autoridade competente. “Seria antiético me manifestar”, disse.

O TJ-SP não se manifestou.

26 MAR 2015

FOLHA DE S. PAULO

Maioria minoritária

JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI

As mulheres são atualmente a maioria do eleitorado brasileiro. Representam, no entanto, pouco menos de 11% dos eleitos em 2014

Em 24 de fevereiro de 1932, o Brasil deu um grande passo rumo a avanços nas questões que envolvem a igualdade de gênero na política. Com a edição do decreto nº 21.076, que instituiu o primeiro Código Eleitoral brasileiro, o sufrágio passou a ser universal, estendendo-se a todas as pessoas alfabetizadas e maiores de idade, incluindo as mulheres, o direito de votar e de ser votados em âmbito nacional.

Passados 83 anos de tal conquista, as mulheres são hoje a maioria do eleitorado brasileiro, com quase 74,5 milhões de eleitoras, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral de janeiro deste ano. No entanto, representam pouco menos de 11% dos eleitos em 2014. Somente 178 mulheres conseguiram se eleger, de um total de 1.627 candidatos eleitos, menos que em 2010, quando 193 conquistaram vagas nos Poderes Executivo e Legislativo.

Para o Congresso Nacional, foram eleitas no ano passado 5 senadoras em 27 vagas (renovação de 1/3 da Casa) em disputa e 51 deputadas federais, entre 513. Percebe-se assim, que a porcentagem de mulheres no Congresso é sobremaneira inferior à de homens, que representam, na atual legislatura, 90% dos parlamentares.

Conforme o estudo "Women in politics: 2015" (mulheres na política, em inglês), divulgado pela União Interparlamentar, no que tange à presença feminina no Legislativo, as nações americanas pesquisadas contam com 26,4% de mulheres em seus parlamentos, ficando atrás apenas de países nórdicos.

Apesar disso e embora tenha uma mulher ocupando o cargo mais alto do Poder Executivo, o Brasil é o

31º dos 34 países das Américas relacionados no estudo, ficando na frente apenas de São Cristóvão e Névis, do Haiti e de Belize.

Em uma classificação geral, que considerou 191 países dos cinco continentes, o Brasil também está atrás de nações da África, como Uganda e Quênia, e do Oriente Médio, como Afeganistão e Iraque.

Por outro lado, a temática é preocupação antiga de todas as instâncias de poder no país. Exemplo disso é a lei nº 9.504/97, que estabelece que, na prática, sejam preenchidas por mulheres ao menos 30% das candidaturas aos cargos proporcionais.

No Congresso, também estão em discussão Propostas de Emenda à Constituição sobre o tema. Entre elas está a PEC 23, assinada pela senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), que estabelece a paridade de gênero nos assentos da Câmara Federal, Assembleias Legislativas, Câmara Legislativa do Distrito Federal e Câmaras Municipais. Já a PEC 24, de autoria da senadora Marta Suplicy (PT-SP), prevê a destinação de uma vaga para cada sexo, quando da renovação de 2/3 do Senado.

De parte do Poder Judiciário, o TSE, em cumprimento ao que determina a legislação, realiza periodicamente propagandas institucionais de incentivo à igualdade de gênero e a uma maior participação feminina na política.

Essas campanhas têm surtido um satisfatório efeito: nas últimas eleições, por exemplo, o número de mulheres aptas a concorrer cresceu 71% em relação ao pleito de 2010.

Os resultados das urnas de 2014, todavia, demonstram que as políticas de incremento da participação da mulher são insuficientes. Com efeito, é preciso avançar no sentido de os partidos políticos garantirem os meios necessários para que a mulher possa concorrer em igualdade de condições.

Isso passa por obrigar a ser assegurado às mulheres acesso ao financiamento, aos programas partidários de rádio e televisão, entre outras medidas capazes de tirar o país desta situação de ser um dos menos iguais em gênero na política.

JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI, 47, ministro do Supremo Tribunal Federal, é presidente do TSE - Tribunal Superior Eleitoral

26 MAR 2015

FOLHA DE S. PAULO

STF obriga Estados a pagar dívida judicial

Tribunal manda quitar R\$ 94 bilhões em precatórios atrasados até 2020, o que deverá comprometer investimentos

Credores poderão negociar com governos para furar fila dos pagamentos se aceitarem desconto

SEVERINO MOTTA
GUSTAVO PAFU
DE BRASÍLIA

Uma decisão tomada pelo Supremo Tribunal Federal obrigará Estados e prefeituras a acelerar o pagamento de parte de suas dívidas, o que comprometerá os investimentos nos próximos anos.

O STF definiu que as dívidas impostas por decisões judiciais — conhecidas como precatórios — e hoje em atraso terão de ser inteiramente pagas até 2020.

Atualmente, os precatórios estaduais e municipais estão estimados, segundo o CNJ (Conselho Nacional de Justiça), em cerca de R\$ 94 bilhões, mas o peso dessas dívidas varia muito entre os governos regionais.

Entre os principais orçamentos do país, o maior endividamento é o da Prefeitura de São Paulo, equivalente a 41,6% da receita anual, ou R\$ 15,6 bilhões.

No governo paulista, os precatórios somam R\$ 17,4 bilhões, ou 12,9% da receita. O Distrito Federal (22,7%) e o Rio Grande do Sul (16%) também acumulam endividamentos elevados. O governo federal tem dívida em precatórios, mas sem atrasos.

O caso dos precatórios estava sendo discutido pelo Su-

“ Estamos a substituir o Congresso Nacional. Estamos a reescrever a Constituição. (...) Quando o STF avança e extravasa limites lança um bumerangue que pode voltar à respectiva testa

MARCO AURÉLIO MELLO
ministro do STF

premo desde 2013, quando a corte derrubou uma emenda constitucional de 2009 que instituiu um parcelamento dos pagamentos em 15 anos.

A legislação fixava a TR (Taxa Referencial, inferior à inflação) como índice para a correção dos títulos e abria a possibilidade dos chamados leilões inversos, quando o credor que oferecesse o maior desconto ao Estado teria preferência para o recebimento.

De acordo com a decisão do STF desta quarta (25), ficou definido que todos os precatórios devem ser quitados até 2020. A partir daí, as dívidas reconhecidas até julho terão de entrar no orçamento do ano seguinte dos Estados e municípios, o que evitaria novo acúmulo.

Os ministros ainda definiram que, até esta quarta, os títulos ficam sendo corrigidos pela TR, mas, a partir desta quinta, passa a valer um índice de preços, o IPCA-E.

Para evitar futuros questionamentos na Justiça, os mi-

nistros também validaram todos os pagamentos já realizados, inclusive os feitos através de leilões inversos, que passam a ser proibidos.

Apesar disso, até 2020 os credores poderão fazer negociações diretas com o Estado para tentar furar a fila de pagamentos, mas o desconto máximo permitido será de 40% sobre o valor da dívida.

A decisão da corte ainda mantém a obrigação de Estados e municípios destinarem o mínimo de 1% a 2% de suas receitas correntes líquidas até 2020 para o pagamento dos precatórios. Aqueles que não cumprirem os índices poderão sofrer sanções.

Durante o julgamento, o único ministro a se manifestar contrariamente às regras definidas foi Marco Aurélio Mello. De acordo com ele, caberia ao STF somente dizer se a emenda que tratava de precatórios era ou não constitucional, sendo inviável se criar mecanismos para futuros pagamentos, o que só poderia ser feito pelo Legislativo.

“Estamos a substituir o Congresso. Estamos a reescrever a Constituição. Quando o STF avança e extravasa limites, lança um bumerangue que pode voltar à respectiva testa”, disse.

O ministro Gilmar Mendes ponderou que uma vez derrubada a emenda, que de uma forma ou de outra havia permitido a retomada do pagamento de precatórios, era preciso criar regras de transição. “Se só declarássemos a nulidade as consequências também seriam desastrosas.”

26 MAR 2015

FOLHA DE S. PAULO

Juiz determina investigação sobre compra de Land Rover por Cerveró

DE CURTIBA - O juiz Sergio Moro, responsável pela Operação Lava Jato, determinou a abertura de inquérito para apurar se a compra de um carro da marca Land Rover pelo ex-diretor da Petrobras Nestor Cerveró foi um acerto de propina.

Há suspeita de que a compra tenha sido intermediada pelo lobista Fernando Baiano.

Em despacho desta terça (24), Moro escreveu que o fato de o negócio de R\$ 220 mil ter sido feito em espécie gera suspeita de que o objetivo seria

acobertar pagamento de propina ou lavagem de dinheiro.

O carro, um modelo Evoque, foi adquirido em 2012 pela mulher de Cerveró. A empresa que vendeu o carro afirma que Baiano fez todo o contato para a compra do veículo.

O lobista e Cerveró são réus em duas ações na Justiça Federal. O prazo para a investigação é de 30 dias.

Procuradas, as defesas de Cerveró e Baiano disseram que este apenas indiciou uma concessionária para o ex-diretor.

Empresa não precisa oferecer novas provas para fazer acordo, diz Adams

DE BRASÍLIA - O advogado-geral da União, Luis Inácio Adams, disse nesta quarta (25) que empresas não são obrigadas a apresentar fatos novos em investigações para obter acordos de leniência com o governo.

A declaração é oposta ao que defende a Controladoria-Geral da União que, junto à AGU, participa das negociações com empreiteiras investigadas na Operação Lava Jato.

Ao menos cinco firmas suspeitas no caso manifestaram intenção de firmar acordos.

“Apresentação de fatos novos é uma forma de verificar a colaboração efetiva. Muitas vezes, a empresa pode não ter. Colaboração se apura pela efetiva demonstração de comportamento da empresa”, disse.

O advogado-geral voltou a dizer que é preciso cuidado com as consequências das punições às empresas, que podem provocar desemprego.

“Aplicar a sanção a uma empresa de maneira absoluta representa sua morte. Temos que olhar isso com cautela.”

26 MAR 2015

FOLHA DE S. PAULO

Justiça reduz valor de indenização a caseiro que acusou Palocci

DE BRASÍLIA - A Quinta Turma do TRF-1 (Tribunal Regional Federal da Primeira Região) reduziu nesta quarta (24) de R\$ 500 mil para R\$ 400 mil a indenização que a Caixa Econômica Federal terá de pagar ao caseiro Francenildo dos Santos Costa, que teve seu sigilo bancário quebrado em 2006.

O episódio levou à queda de Antonio Palocci, à época ministro da Fazenda do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Em 2006, em entrevista ao jornal "O Estado de S. Paulo", Francenildo afirmou que cuidava de uma mansão em região nobre de Brasília frequentada por Palocci. Segundo ele, pessoas ligadas ao ex-ministro usavam o local para fazer partilhas de dinheiro. As acusações foram repetidas por ele na CPI dos Bingos.

Dias depois, a revista "Época" publicou reportagem com dados bancários do caseiro, revelando um saldo de R\$ 38 mil. Integrantes do governo sugeriram que Francenildo teria recebido o dinheiro para fazer as acusações contra Palocci.

O caseiro, no entanto, mostrou que os recursos haviam sido depositados por seu pai biológico, que queria evitar um processo de paternidade.

PSB terá de pagar indenização ligada a acidente com Campos

DE SÃO PAULO - A Justiça de Santos (SP) decidiu que o PSB terá de pagar R\$ 10 mil mensais ao dono de uma academia destruída após a queda do jato que transportava o então candidato à Presidência pelo partido, Eduardo Campos, no ano passado. O partido pode recorrer da decisão, que é provisória.

Desde o acidente, em 13 de agosto, o empresário Benedito Juarez Câmara não reabriu seu negócio, pois diz não ter recursos para reformar o prédio.

"Tive que demitir dez funcionários. Estou dando aulas e prescrevendo exercícios físicos para os alunos até na praia", diz Câmara, que é fisiologista.

A ação também pedia indenização da A.F. Andrade, que consta como proprietária do avião. Após o acidente, porém, dois empresários se apresentaram como donos do avião, que estaria em processo de venda.

Para a juíza Natália Monti, da 9ª Vara Cível de Santos, existe "absoluta obscuridade" sobre a propriedade do jato.

"No momento, somente se demonstra possível a antecipação da responsabilidade do réu PSB", escreveu.

A sigla disse que não iria se pronunciar até ser notificada.

26 MAR 2015

GAZETA DO POVO

Precatórios devem ser quitados até 2020, diz STF

O Supremo Tribunal Federal (STF) definiu ontem o prazo para que estados e municípios quitem dívidas do poder público reconhecidas pela Justiça. A estimativa é que o montante das dívidas esteja na casa dos R\$ 94 bilhões. Tema estava sendo discutido pelos ministros do Supremo desde 2013.

» JUDICIÁRIO

Precatórios devem ser quitados até 2020

Decisão do STF atinge municípios e estados com dívidas reconhecidas pela Justiça. Estimativa é que valor esteja na casa dos R\$ 94 bi

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu nesta quarta-feira (25) que estados e municípios devem quitar seu estoque de precatórios — dívidas do poder público reconhecidas pela Justiça — até o final de 2020. A estimativa é que o montante esteja na casa dos R\$ 94 bilhões.

O tema estava sendo discutido pelo Supremo desde 2013, quando a Corte derrubou uma emenda constitucional que instituía um sistema de parcelamento dos pagamentos em até 15 anos.

A legislação ainda fixava a TR (Taxa Referencial) como índice para a correção dos títulos e abria a possibilidade dos chamados leilões inversos, quando o credor que oferecesse o maior desconto ao

Estado teria preferência para o recebimento.

Segundo a decisão do STF, todos os precatórios devem ser quitados até 2020. A partir daí, as dívidas terão de entrar no orçamento do ano seguinte ao do reconhecimento, o que evitaria novo acúmulo de débitos. Os ministros ainda definiram que, até esta quarta, os títulos serão corrigidos pela TR, mas, a partir desta quinta (26), passa a valer um índice maior, o IPCA-E.

Para evitar futuros questionamentos na Justiça, os ministros validaram todos os pagamentos já realizados, inclusive os feitos através de leilões inversos, que passam a ser proibidos. Apesar disso, até 2020 os credores poderão fazer negociações diretas com o Estado para tentar furar a fila de pagamentos, mas o desconto máximo permitido será de 40% sobre o valor da dívida.

A decisão da Corte ainda mantém a obrigação de estados e municípios destinarem o mínimo de 1% a 2% de suas receitas correntes líquidas até 2020 para o pagamento dos precatórios.

26 MAR 2015

GAZETA DO POVO

CAUSAS JUDICIAIS

Governo bate cabeça sobre nova regra para precatórios

À exemplo do que ocorreu no envio da primeira versão do "pacotão" à Assembleia, o governo do estado segue batendo cabeça internamente. Na proposta encaminhada aos deputados na terça-feira (24), o Executivo manteve a redução do teto das requisições de pequeno valor – causas judiciais que é obrigado a pagar em dinheiro e não em precatórios – de 40 salários mínimos (R\$ 31,5 mil) para R\$ 12 mil. À Ordem dos Advogados do Brasil no Paraná (OAB-PR), que é contrária à medida, o governo havia dito que a mudança seria retirada do "pacotão".

Questionado sobre o assunto, o secretário da Fazenda, Mauro Ricardo Costa, disse que a nova lei vai adequar o estado ao cenário nacional. Nesta quarta-feira (25), porém, o líder do governo na Assembleia, Luiz Claudio Romanelli (PMDB), afirmou que vai se reunir com a OAB, num diálogo construtivo, para encontrar um ponto de equilíbrio em torno do tema. **(ELG)**

26 MAR 2015

GAZETA DO POVO

Influência de Luiz Abise estenderia à PM, diz Gaeco

Investigações apontam que comandantes da corporação teriam frequentado oficinas do parente do governador Richa. Polícia Militar nega

LONDRINA

Fábio Silveira, do J1.

■ O Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) apurou que comandantes da Polícia Militar (PM) frequentavam oficinas do empresário Luiz Abi Antoun, parente do governador Beto Richa (PSDB).

Abi Antoun, que chegou a ser preso, apareceu em cena na Operação Vol-demort, acerca de uma suposta licitação fraudulenta envolvendo a Providence Auto Center, oficina em Cambé da qual ele é um dos sócios, para o conserto de carros oficiais do estado. Nesta quarta-feira (25), o Gaeco indiciou os investigados nessa operação, incluindo Abi.

Pessoas que conhecem uma das oficinas disseram ao *Jornal de Londrina* que oficiais da PM frequentavam o escritório de Abi. O Gaeco descobriu que Ismar leger, que aparece como

dono da Providence mas que nas investigações é suspeito de ser “laranja”, comentou com outras pessoas sobre a presença de comandantes da PM no local.

Depoimento

A suposta influência exercida por Abi na PM também foi citada por Marcelo Caramori, ex-assessor da Casa Civil do Paraná, ao Gaeco. Caramori foi preso em janeiro sob a suspeita de envolvimento no caso de favorecimento à prostituição de adolescentes e também teria influência dentro da corporação policial. Em fotos publicadas nas redes sociais, o ex-assessor aparece ao lado de oficiais. Em uma outra, traja um uniforme da PM.

Segundo Caramori ao Gaeco, a influência de Abi na PM e na Receita Estadual era de conhecimento público. Abi seria responsável pela nomeação de chefes de fiscalização na Receita e de outras pessoas na polícia, segundo o depoimento.

Outro lado

O comando da Polícia Militar (PM) do Paraná afirmou que “desconhece até o momento qualquer envolvimento sobre a suposta influência de Luiz Abi Antoun junto à instituição militar” e que “não vai se

furtar de investigar qualquer irregularidade, caso apareça”.

A PM também ressaltou, na resposta enviada, que as investigações que trouxeram à tona as supostas irregularidades contam “com a participação de policiais militares cedidos ao Ministério Público”.

O advogado Antônio Carlos Coelho Mendes, que defende Luiz Abi Antoun, não quis comentar o caso. Ele afirmou apenas que a sua postura é de “não discutir a causa na imprensa”. “O espaço para a discussão da causa é o processo.”

O advogado Leonardo Vianna, que representa Marcelo Caramori, não foi localizado pela reportagem.

CONTINUA

26 MAR 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Servidores da Receita Estadual são afastados

A Secretaria de Estado da Fazenda anunciou nesta quarta-feira (25) o afastamento de todos os servidores da Receita Estadual de Londrina investigados na Operação Publicanos, sobre um suposto esquema de cobrança de propina dentro do órgão. Dentre os afastados, aqueles que atuavam em gerências ou chefias foram exonerados do cargo. Houve, também, a abertura de sindicâncias contra todos.

Segundo nota enviada pela Secretaria, uma força-tarefa composta por nove auditores fiscais de outras delegacias regionais da Receita vão agir com a Corregedoria do órgão para aprofundar as informações sobre os investigados.

Denúncias

A Fazenda também pede que empresários e vítimas de pedidos de suborno dos auditores denunciem.

Na avaliação do órgão, apesar do número de envolvidos no caso, "as prisões e investigações de servidores não afetaram o andamento dos serviços em execução nem o atendimento a contribuintes cidadãos e contabilistas".

Tramela em porta arrombada

O governador Beto Richa, ainda não refeito do susto de ver se aproximar perigosamente do seu gabinete a enxurrada de denúncias de maracutaias na administração, determinou o levantamento de antecedentes criminais e o aprofundamento de investigações sobre todos os servidores da Receita Estadual. Parafraseando Collor, medidas severas serão tomadas, “duela a quien duela” — o que significaria que nem mesmo o seu distante primo Luiz Abi, embora não tenha cargo algum no governo, seria poupado da súbita severidade do governador.

O secretário da Fazenda, Mauro Ricardo Costa, por sua vez, já reconheceu a existência de indícios de malfeitos na Receita e também abriu processo de investigação na Corregedoria. Está à cata de mais informações no Gaeco e no Judiciário referentes, principalmente, ao caso em que altos servidores da delegacia de Londrina foram presos por suspeita de cobrança de propina para livrar grandes contribuintes de pagar impostos.

Na mesma linha está atuando a secretária da Administração, Dinorah Portugal Noga-
ra, que determinou rigorosa apuração quanto a eventuais irregularidades em contratos firmados com oficinas mecânicas para atender viaturas oficiais — setor em que atua o Departamento do Transporte Oficial (Deto), repartição vinculada à sua pasta.

Foi a partir de indícios de que teria orientado uma suposta fraude para beneficiar uma destas oficinas — a Providence, de Cambé, da qual seria sócio oculto — que o Gaeco prendeu Luiz Abi. A fraude teria ocorrido em conluio com o ex-diretor do Deto, Ernâni Delicato, contra quem também pesava ordem de prisão.

Depois de penar uma semana recluso numa dependência do Corpo de Bombeiros de Londrina, Abi foi solto terça-feira (24) graças a um habeas corpus. Delicato, foragido, não chegou a ser preso, agraciado por outro habeas corpus.

São elogiáveis as medidas tomadas pelo governador e pelos secretários Costa e Dinorah — mas, diante dos fatos já conhecidos e de sua gravidade, é inevitável recorrer ao velho ditado popular, segundo o qual tramelas são inúteis depois da porta arrombada.

Da mesma forma como aconteceu na Petrobras, que por anos foi assaltada por gente da casa, os casos registrados no governo do Paraná também revelam a inexistência de controles preventivos ou, pior, prosperaram por leniência dos que, dadas às responsabilidades do ofício, não poderiam deixar acontecer as maracutaias.

É ingenuidade imaginar que desvios dentro do governo estadual se restrinjam aos ocorridos no Deto ou na Receita, da mesma forma que, seguramente, no âmbito federal, a Petrobras não era a única fonte a irrigar bolsos alheios (de construtoras, partidos e políticos). Portanto, investigações e sistemas de controle devem ser estendidos para outras áreas para que ninguém seja surpreendido. São tramelas que, aí sim, podem funcionar.

CONTINUA

26 MAR 2015

GAZETA DO POVO

CELSO NASCIMENTO

QUISTACIÃO

Em família

CONTINUAÇÃO

Treze dias antes da prisão pelo Gaeco do empresário Paulo Midauar – envolvido nas estripulias de propinas na delegacia da Receita Estadual de Londrina –, o governador Beto Richa nomeou a irmã dele para a chefia do escritório regional do Instituto Ambiental do Paraná (IAP) de Cornélio Procópio. Maria das Graças Midauar foi nomeada para um cargo DAS-5, um dos mais elevados da hierarquia dos comissionados, pelo decreto 588 publicado no Diário Oficial do dia 5 passado.

Fachin de novo

A presidente Dilma Rousseff fez ao senador Renan Calheiros consulta prévia sobre o nome que pensa indicar para a vaga deixada pelo ministro Joaquim Barbosa no Supremo Tribunal Federal (STF). Renan foi evasivo e não deu garantias de que o Senado aprovaria o escolhido. E qual foi o nome que Dilma pronunciou? Conforme o colunista Leonardo Souza, da *Falha de S. Paulo*, o citado foi o do paranaense Luiz Edson Fachin, jurista de reconhecido conceito nacional e que já por duas vezes esteve cotado para ocupar uma cadeira no STF. Na última, para o lugar que seria dele, foi escolhido Luiz Fux.

Preocupante

Dirigentes da Sociedade Evangélica Beneficente (SEB), entidade mantenedora do Hospital Evangélico, estão inconformados com as medidas que o interventor nomeado pela Justiça está tomando para tirá-lo da crise. Segundo eles, uma "operação desmanche", com demissões indiscriminadas, colocam em risco o atendimento ao público. Outra das queixas diz respeito ao salário do interventor: R\$ 60 mil mensais. O juiz que o nomeou, Eduardo Baracat, da 9ª Vara do Trabalho, já teria demonstrado preocupação quanto aos novos rumos do Evangélico.

GAZETA DO POVO

Ex-presidente do TC defende licitação e funcionários

Amanda Audi

ENTREVISTA

Artagão de Mattos Leão, ex-presidente do Tribunal de Contas do Paraná.

O ex-presidente do Tribunal de Contas do Paraná (TC) Artagão de Mattos Leão falou pela primeira vez, para a *Gazeta do Povo*, sobre a suposta fraude na licitação milionária para construir um anexo ao tribunal. Artagão defende a concorrência e diz acreditar que os funcionários envolvidos no caso, diretamente ligados a ele, são inocentes.

O que o sr. tem a esclarecer sobre a polêmica envolvendo a licitação?

Em primeiro lugar, nós entendemos que a licitação está revestida das formalidades legais. Eu mandei fazer duas auditorias que atestaram a legalidade. Em segundo lugar, a licitação foi cancelada.

E sobre a investigação?

Ela começou com uma denúncia anônima e isso é ilegal. Alguns telefones foram grampeados inicialmente sem autorização judicial, como o meu. E só poderiam grampear o meu telefone com autorização do STJ.

Em uma conversa o sr. teria dado a entender que já saberia o que estava acontecendo e teria mencionado a licitação.

Negativo, eu não sei qual é es-

sa oitiva que você está se referindo. Mas eu estava fora do tribunal e quando fui notificado eu me assustei, só isso.

O Luiz Bernardo tinha um cargo bem próximo ao sr., de confiança. Vocês inclusive viajavam juntos...

Mas veja bem, esse caso foi para a Justiça, a Justiça anulou.

Tem o vídeo do Luiz Bernardo com a mala de dinheiro saindo da construtora...

Esses R\$ 59 mil que saiu no jornal [ontem] foi um dinheiro que pegaram na casa dele e ele diz que tá declarado no imposto de renda.

Mas e os R\$ 200 mil (da mala)?

Isso aí tem que falar com o advogado dele. Eu não estava junto, não sei de nada disso.

Então esse esquema pode ter existido, mas o sr. não tinha conhecimento?

Eu não posso falar, quem pode falar é o advogado dele.

O sr. conhece o Edenílso Rossi [executivo da Sial]?

Muito pouco.

A reunião entre o sr., o David Cheriegate e o Edenílso Rossi, em 22 de janeiro de 2014, era para tratar de qual assunto?

Honestamente, não me recordo. Mas se estava marcado, era assunto oficial, alguma informação. Licitação eu não tratava.

É possível que eles [Rossi e seu filho] tenham usado o nome da presidência do tribunal para tirar as outras empresas da concorrência? Se eles fizeram isso, claro que foi sem o meu conhecimento. Eu nunca determinaria um negócio desses.

Alguém do tribunal pode ter passado informações privilegiadas para a Sial?

Eu não acredito nisso. Se eu soubesse, teria cancelado naquele momento.

O sr. chegou a desconfiar da sua equipe em algum momento?

Não desconfiei em nenhum momento e continuo acreditando neles.

O que eles comentaram com o sr. depois de o caso vir à tona?

Nada, não tenho conversado com eles.

O Juliano [Kintzel], por exemplo, continua lotado na sua inspetoria.

Sim, e continuo considerando ele um rapaz honestíssimo e não tenho motivos para não tê-lo comigo. Pelo menos por enquanto.

Ele apresentou um relatório com previsão de gastos com valor exatamente igual à proposta da Sial.

Não foi assim não. Isso aí eu não sei, vou dar uma olhada lá. Mas posso te afirmar que não teve nada de irregular.

O sr. já prestou depoimento para a investigação no STJ?

Não tem investigação. Foi enviado um comunicado e o STJ ficou aguardando nova documentação. Está até hoje parado esperando. Acredito que com o que está lá, não tenha sucesso. Mas se novas provas forem enviadas eu vou providenciar a minha defesa.

“Em primeiro lugar, nós entendemos que a licitação está revestida das formalidades legais. Eu mandei fazer duas auditorias que atestaram a legalidade. Em segundo lugar, a licitação foi cancelada.”

Maioridade penal em pauta em praça pública

A redução da maioridade penal vai ser debatida em praça pública, nesta quinta-feira (26), em Curitiba. A iniciativa é dos estudantes de Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e ocorre por causa da tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 171/93, na Câmara dos Deputados, em Brasília. Essa PEC reduz de 18 para 16 anos a maioridade penal. A aula pública será proferida pela presidente da comissão de Direito Criminal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no Paraná, Priscilla Placha Sá, na Praça Santos Andrade, a partir das 18h30. Ela explica que a aprovação de uma lei dessas mexeria, por exemplo, com garantias constitucionais. "Aquilo que chamamos de 'discurso de ódio', quase que uma raiva de determinados adolescentes, como se todos os fatos feitos por eles sejam de violência" é um dos principais fatores que motiva a defesa da redução, na opinião da advogada. Priscilla explica que há uma série de problemas sociais ligados ao crime cometido por jovens que muitas vezes não são levados em conta na hora de pensar em privá-los da liberdade. Prova disso, segundo ela, é que o número de homicídios contra jovens recebe muito menos atenção do que o de crimes cometidos por essa parte da população. Hoje, segundo o Mapa da Violência, o Brasil é o quarto país do mundo onde mais se matam adolescentes.

Livros para os presos

Como resultado da campanha de arrecadação de livros que foi iniciada em setembro de 2014, a Comissão de Estabelecimentos Prisionais da OAB Paraná começa, nesta quinta-feira (26), a entrega dos exemplares para as bibliotecas prisionais que compõem o projeto "Livros da Liberdade". O projeto consiste em ajuizar pedidos de remissão de pena para os detentos que lerem e produzirem uma resenha de pelo menos um livro a cada 30 dias. A implantação do programa de leitura e de ressocialização está previsto em lei federal (nº 12.433/2011) e lei estadual (nº 17.329/2012). O benefício de remissão de pena será feito pelo programa OAB Cidadania, que atua na assistência aos presos que não possuem condições financeiras para contratar um advogado. A entrega dos livros ocorre nesta quinta, no Complexo Penitenciário de Piraquara, às 9h30.

COLUNA DO LEITOR

Lava Jato

A postura do juiz Sérgio Moro na condução do processo oriundo da Operação Lava Jato - muito bem conduzido pela Polícia Federal - traz aos brasileiros a esperança de que nem tudo está contaminado pela corrupção em nosso país.

Silvio José Mazalotti de Araújo

26 MAR 2015

GAZETA DO POVO

NOTAS POLÍTICAS

Justiça parada

Duas mobilizações de servidores públicos têm prejudicado o devido funcionamento da Justiça em âmbito nacional e regional: a de servidores do Ministério Público da União (MPU) e a da Justiça Federal. Os funcionários do MPU, que inclui o Ministério Público Federal e do Trabalho, estão em greve há 46 dias. Em Curitiba, enquanto apenas 30% do efetivo mantém a rotina normal de trabalho, os funcionários organizam protestos diários em frente às instituições. Eles reivindicam reposição salarial, que, segundo a classe, não ocorre há nove anos. Já os servidores da Justiça Federal do Paraná organizaram uma nova paralisação por algumas horas na tarde desta quarta-feira para reivindicar melhores salários e condições de trabalho. A classe também não descarta a possibilidade de greve.

Protesto



Um grupo de estudantes (foto), que já tumultuou uma audiência pública na terça-feira (24) sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que reduz maioria penal para 16 anos, protestou nesta quarta-feira (25), em frente ao plenário da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados. O grupo é contrário à redução da maioria penal.

26 MAR 2015

GAZETA DO POVO

Paraná encontra 93% das crianças desaparecidas

Carolina Pompeo

A Organização das Nações Unidas (ONU) estima que cerca de 50 mil casos de desaparecimento de crianças e adolescentes sejam registrados por ano no Brasil. Apenas 15% desse total é solucionado — um cenário desolador para as milhares de famílias que sofrem com a dúvida e a angústia da espera por um desfecho feliz. No Paraná, no entanto, a situação é outra: o estado é referência nacional na busca de menores desaparecidos por causa do alto índice de resgate, que chega a 93% dos casos.

Somente em 2014, o Serviço de Investigação de Crianças Desaparecidas do Paraná (Sicride) assumiu as buscas de 254 ocorrências de desaparecimentos e fugas de menores. A maioria, 63,5%, eram meninos com idade média de 11 anos. Todos os casos foram solucionados. Em 2013, o número de desaparecimentos foi maior: 330, dos quais 329 foram encerrados.

Os motivos

A maior parte dos boletins de ocorrência que dão conta de desaparecimento infantil no Paraná é registrada em decorrência de disputas entre o pai e a mãe pela guarda da criança ou quando um dos responsáveis foge com o filho, levando o outro a acionar a polícia. Outra situação comum é o menor organizar a própria fuga como forma de chamar a atenção dos pais ou em retaliação a algum castigo. Crianças e adolescentes

que saem sem avisar e demoram a retornar também geram bom número de registros de desaparecimento.

Como proceder

Informar a polícia o mais rapidamente possível sobre o sumiço do menor é, aliás, a primeira orientação do Sicride. Não é necessário aguardar 24 horas para comunicar o desaparecimento — o boletim de ocorrência pode ser feito assim que os responsáveis perceberem que a criança deveria estar em algum lugar, mas não está. A busca deve ser imediata porque o risco de morte, abuso ou atentado violento ao pudor é maior nas primeiras horas do desaparecimento.

Vale lembrar que qualquer delegacia pode registrar casos de desaparecimento, em seguida, a ocorrência é encaminhada à unidade especializada.

Cuidados

Nesta Semana Nacional de Mobilização para a Busca e Defesa da Criança, o Sicride reforça que alguns cuidados básicos por parte dos pais podem evitar grandes sustos ou situações mais graves. “Não fale com estranhos” e “Não aceite caronas de estranhos” são clássicos, mas também é aconselhável que os pais prestem mais atenção ao círculo de amigos do filho e saibam onde e com quem moram; manter o diálogo aberto e observar o comportamento, os horários, o

vestuário e as companhias dos filhos também pode ajudar os pais a antever eventuais problemas.

Outra dica é não deixar a criança ou adolescente sem documento de identificação, ou seja, providenciar a carteira de identidade o mais cedo possível e habituar a criança a utilizar cartões de identificação com o nome, o nome dos pais, endereço e telefone. Ensinar a criança a utilizar cartão telefônico e realizar chamadas para pelo menos três números de familiares, bem como incentivá-las a procurar ajuda sempre que estiverem em dificuldade também é importante para desenvolver noções de segurança. Cuidado extra, também, com o que crianças e adolescentes conversam e acessam na internet.

26 MAR 2015

GAZETA DO POVO

Secretária acusada de racismo é afastada

Servidora teria dito a uma médica negra que a população da cidade estava acostumada com "outro padrão de médico"

Luiz Carlos da Cruz,
correspondente

O prefeito de Santa Helena, no Oeste do Paraná, Jucerlei Sotoriva (PP), afastou a secretária de Saúde, Terezinha Madalena Bottega, e mandou instaurar uma sindicância para apurar denúncias de racismo contra uma médica.

A clínica-geral Thatiane Santos da Silva, de 30 anos, chegou à cidade em 6 de março para se integrar a outros oito profissionais do programa Mais Médicos, do governo federal.

Segundo a médica gaú-

cha, na semana passada ela foi chamada a uma reunião por Terezinha, que reclamou do seu cabelo com *dreadlocks*. A secretária e uma assessora teriam dito que o cabelo de Thatiane exalava um cheiro forte e que ela poderia ter problemas com os pacientes por causa do visual.

A médica, Therezinha teria dito que os pacientes estão acostumados com "outro padrão de médico". A denúncia chegou ao Ministério da Saúde, que notificou o município para que esclareça a situação.

Segundo portaria publicada no Diário Oficial do Município, a sindicância vai apurar o caso para saber se houve de fato discriminação. Três servidores foram nomeados para compor a comissão especial.

Essa comissão terá prazo de 15 dias úteis para a conclusão dos trabalhos. Enquanto a titular da pasta está afastada, a servidora Cleusinei Santos da Luz responderá interinamente pela Secretaria da Saúde de Santa Helena.

Provas de violência sexual poderão ser coletadas em serviços de saúde

A coleta de provas de violência sexual poderá ser feita a partir de agora nos serviços públicos de saúde credenciados. Portaria interministerial assinada na quarta-feira (25) permite que exames necessários para a comprovação da violência sejam realizados já no atendimento médico. Atualmente, isso é atribuição da segurança pública. O objetivo, segundo a ministra da Secretaria de Políticas para Mulheres, Eleonora Menecucci, é tornar mais humanizado o atendimento da vítima e, ao mesmo tempo, reduzir a impunidade.

Cianorte e Francisco Beltrão terão Delegacia da Mulher

A Secretaria da Segurança Pública e Administração Penitenciária do Paraná autorizou a instalação da Delegacia da Mulher de Cianorte, Noroeste do Paraná, e de Francisco Beltrão, no Sudoeste. As unidades serão especializadas no atendimento de mulheres vítimas de violência doméstica e darão rapidez aos inquéritos policiais relacionados ao assunto. No dia 11 deste mês, o governador Beto Richa havia autorizado a criação das unidades. O projeto foi encaminhado para o Conselho Superior da Polícia Civil, que deliberou favoravelmente pela proposta.

26 MAR 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Executivo e Judiciário fecham acordo para combater corrupção e impunidade

Sem a participação de representantes do Legislativo, autoridades do Executivo, Judiciário, Ministério Público e da sociedade civil assinaram ontem um acordo de cooperação para fortalecer o combate à corrupção e à impunidade. Entre as medidas está a criação de um grupo técnico para discutir e apresentar propostas para tornar mais ágil a tramitação de processos judiciais e administrativos relacionados à prática de atos ilícitos contra o patrimônio público.

O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, minimizou a ausência de representantes da Câmara e do Senado, e ressaltou que os parlamentares terão a responsabilidade de dar a “palavra final” sobre as propostas. “Vamos fazer um grupo técnico para formar propostas para mandar para o Legislativo. Eventualmente, na hora que se tiver maior consenso, vamos chamar o Legislativo para fazer o Terceiro Pacto Republicano. Já foram feitos dois pactos, que são projetos de lei acordados entre os poderes para ter tramitação com maior agilidade. Quem dará a palavra final é, obviamente, o Legislativo”, argumentou ele.

Para o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Ricardo Lewandowisk, além da união de forças entre as instituições do Estado, o combate à corrupção deve envolver toda a sociedade. “Vamos avançar, propondo medidas na áreas jurisdicional, legislativa, administrativa,

mas isso só não basta. O combate à corrupção não deve envolver apenas o agente do Estado, mas toda a sociedade, porque é um problema de natureza cultural no Brasil”, disse ele.

Durante a assinatura do acordo de cooperação, no Supremo, Lewandowisk anunciou parceria com os Estúdios Maurício de Souza, do criador da Turma da Mônica, para produção de histórias em quadrinhos com a temática do combate à corrupção e de defesa da ética.

“O STF já estava desenvolvendo um projeto para levar essa mensagem para as crianças, para que desde pequenas elas possam imbuir-se da necessidade de agir com ética”, destacou Lewandowisk. Emocionado, Maurício de Souza ressaltou ser importante lembrar dos ensinamentos dos pais.

“Acho que podemos usar os personagens para jogar sementes para as crianças sobre o modo de se comparar na sociedade, da moral familiar, daquilo que a gente aprende em casa”, disse o cartunista.

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, disse que o objetivo do Ministério Público Federal é trabalhar conjuntamente com os poderes do Estado para fortalecer o combate à corrupção. Segundo ele, a corrupção mata fisicamente, quando o dinheiro destinado à saúde vai para um fim indevido; e mata o futuro dos nossos jovens, quando o dinheiro da educação é desencaminhado. Isso “mata o desenvolvimento da nossa sociedade”, destacou.

O pacto prevê uma parceria com entidades ou pessoas dos setores público e privado, que atuem profissionalmente em atividades relacionadas ao tema, por meio da criação do Fórum de Colaboradores.

26 MAR 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Posto de saúde

podará comprovar

violência sexual

Medida permitirá que exames sejam feitos já no atendimento médico; hoje, isso é atribuição de serviço de segurança pública

Lígia Formenti | BRASÍLIA

A coleta de provas de violência sexual poderá ser feita nos serviços de saúde credenciados. Portaria interministerial assinada ontem permite que exames necessários para a comprovação da violência sejam realizados já no atendimento médico. Atualmente, isso é atribuição exclusiva de segurança pública. O credenciamento começa nos próximos dias, mas ainda não há prazo para a conclusão do processo.

O objetivo da medida, de acordo com a ministra da Secretaria de Políticas para Mulheres, Eleonora Menecucci, é tornar mais humanizado o atendimento da vítima e, ao mesmo tempo, reduzir a impunidade. Os vestígios devem ser reunidos logo nas primeiras horas depois da violência.

“Somente serviços credenciados poderão fazer a coleta. A inscrição será precedida de um treinamento, feito pelo próprio ministério”, afirmou o ministro da Saúde, Arthur Chioro. Existem atualmente 402 centros de atenção às pessoas em situação de violência sexual, dos quais 131 são 24 horas. Estes centros, completou o ministro, deverão ser os primeiros a receber a habilitação, pois já têm profissionais habilitados e estrutura específica. A ideia é expandir a rede nos próximos meses.

Em seis Estados (Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Amazonas, Minas e Santa Catarina) já existe um acordo local que

Denúncias

20%

foi o aumento das denúncias de violência sexual (estupro, assédio e exploração sexual) no País, em 2014, em comparação com o ano anterior. Foram 1.517 casos, ante 1.151 em 2013.

permite a coleta do material nos serviços de saúde.

Depois da coleta, os vestígios deverão ser encaminhados para unidades especializadas em medicina legal. A análise das provas em casos de violência sexual continuará sendo feita por um perito do Instituto Médico-Legal.

Com a mudança, profissionais da rede de saúde credenciada se encarregam de fazer o atendimento do paciente, a coleta de vestígios e encaminhá-los para autoridade policial, quando requisitados.

A autoridade policial tem a incumbência de registrar e armazenar os dados, para que eles fiquem disponíveis no sistema de segurança pública e de Justiça. As provas somente são usadas caso a mulher queira registrar depois uma ocorrência contra o autor da violência. “A coleta de vestígios é essencial. Não existe crime sem a prova”, observou a ministra.

Dúvidas. Ela lembrou que, quando atuava na casa de atendimento a vítimas de violência na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), havia dúvidas,

por exemplo, sobre como e onde armazenar os vestígios dos casos de estupro.

“Quantas mulheres o serviço perdeu, quantos casos ficaram sem solução por não haver uma resposta ágil para essas perguntas.” Durante a cerimônia de assinatura da portaria, Eleonora afirmou ser imprescindível a implementação da Lei Maria da Penha e da rede de serviços de proteção para a mulher. “Hoje há um gargalo para o atendimento”, disse Eleonora. Atualmente, há uma Casa da Mulher Brasileira, em Campo Grande (MS). Está prevista a construção de 27, seis delas neste ano.

Eleonora afirmou que a integração entre as áreas de proteção da mulher, segurança e saúde é essencial. “A transversalidade é indispensável. E deve ser feita na ponta, no atendimento ao público”, completou.

O ministro Arthur Chioro afirmou que a portaria pretende criar uma rede de proteção para mulheres. “Diminuir toda situação de medo que envolve situações de violência”, disse.

Segundo os dados do Sistema de Vigilância em Violência e Acidentes de 2013, foram registradas 200 mil situações de violência doméstica, das quais 136.785 contra mulheres. “Não acabaremos com a violência. Mas o governo tem o compromisso que as vítimas possam ser protegidas e amparadas”, completou Chioro. Foi assinada também uma portaria que institui um grupo de trabalho para criar estratégias para o cuidado da saúde da mulher com deficiência e mobilidade reduzida. “Não é mais um. Ele tem prazo, ele tem foco”, assegurou Chioro.

26 MAR 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Justiça reduz valor de indenização a caseiro por quebra de sigilo

Por unanimidade, decisão diminui pena da Caixa, que pode ter de pagar cerca de R\$ 1 milhão a Francenildo; banco ainda pode recorrer

Talita Fernandes / BRASÍLIA

O Tribunal Regional Federal da 1.^a Região (TRF1) decidiu ontem reduzir a penalidade imposta à Caixa Econômica Federal pela quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo Costa em 2006, pivô da demissão do ex-ministro da Fazenda Antônio Palocci do primeiro governo Lula. Por decisão unânime, os desembargadores da 5.^a Turma do TRF1 reduziram o valor do pagamento de R\$ 500 mil para R\$ 400 mil em valores de 2006. Segundo estimativas da defesa de Francenildo, esse valor poderá chegar a R\$ 1 milhão.

O caso se estende na Justiça há nove anos. A Justiça Federal já havia condenado a Caixa em primeira instância, em setembro de 2010, a indenizar o caseiro. O banco recorreu e conseguiu ontem reduzir o valor a ser pago em R\$ 100 mil. A Caixa ainda poderá recorrer da decisão no Superior Tribunal de Justiça (STJ) e no Supremo Tribunal Federal. Procurada, a instituição não se manifestou até a conclusão desta edição.

Francenildo pede indenização por ter tido o sigilo bancário quebrado e tornado público em 2006, quando era caseiro de uma mansão no Lago Sul, região nobre de Brasília. Em entrevista ao **Estado**, publicada em 14 de março daquele ano, ele

afirmou que o então ministro da Fazenda, Antônio Palocci, frequentava o imóvel e que o local era usado para partilha de dinheiro entre assessores do petista. As declarações do caseiro confrontaram as falas de Palocci, resultando na sua demissão.

O episódio levou Francenildo a prestar depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Bingos dois dias depois da entrevista. Os dados bancários dele foram revelados pela revista *Época* e mostravam um saldo de R\$ 38 mil na conta.

A descoberta do dinheiro provocou rumores sobre a possibilidade de a oposição ter pagado o caseiro para que ele desse declarações contra o ex-ministro. Contudo, o caseiro explicou que os depósitos foram feitos por seu pai biológico de forma secreta para evitar que fosse identificado o reconhecimento da paternidade.

Francenildo atualmente se dedica a atividades de jardinagem. Ontem, ele disse estar aliviado com a decisão do TRF. “Com certeza vai dar para dormir hoje. A noite de hoje vai dar para dormir melhor do que a de ontem”, disse ao sair da sessão. Ele disse ainda que não tinha intenção de enriquecer ao entrar com a ação contra a Caixa.

“A quebra de sigilo é grave. Esse foi o primeiro passo”, afirmou ele. “Eu falei a verdade e estou começando a colher ela”, acrescentou. O advogado de Francenildo, Wlício Chaveiro Nascimento, disse que faz a defesa sem cobrar honorários e que seu cliente concordou em doar parte do valor recebido a instituições de caridade.

26 MAR 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Prazo para zerar precatórios vai até 2020, diz STF

Beatriz Bulla / BRASÍLIA

O Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu na noite de ontem o julgamento das regras para pagamento dos precatórios – dívidas do Poder Público. Os Estados e municípios que possuem as dívidas acumuladas terão de zerar os estoques até o final de 2020. O Tribunal derrubou em 2013 trechos da emenda constitucional 62 de 2009, conhecida como PEC dos Precatórios. A partir de então, os ministros passaram a votar a regras que seriam utilizadas para o pagamento das dívidas.

A emenda dava sobrevida de 15 anos ao parcelamento dos precatórios e previa a correção dos valores pela Taxa Referencial (TR). Com a decisão de ontem, contudo, o prazo passa a ser de cinco anos para pagamento das dívidas a contar de 1.º de janeiro de 2016. A correção será realizada por dois índices. Até a data final do julgamento – 25 de março de 2015 – os créditos em precatórios devem ser corrigidos pela TR. A partir de hoje, contudo, deve ser utilizado o Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E).

A partir de 2021, não haverá mais regime de transição para o pagamento e passa a valer a previsão constitucional de que o Poder Público deve incluir os precatórios no orçamento do ano seguinte ao do nascimento da dívida, quando as dívidas são reconhecidas até julho. O pagamento deve ser feito até o fim do ano seguinte.

Neste período de transição – até o fim de 2020 –, o STF admite a possibilidade de acordos para o credor que quiser receber os valores de forma mais rápida, mas a redução máxima do crédito a ser recebido é de 40%.

SÔNIA RACY

Martelo batido

Valdir Raupp contratou Nilson Naves, ex-STJ, para defendê-lo na Lava Jato.

Aliás, com seu nome na lista de **Rodrigo Janot**, o senador catarinense deixou de ser cotado para assumir a liderança do governo no Senado.

26 MAR 2015

JORNAL DO ÔNIBUS

Estados e Municípios deverão zerar precatórios até 2020

O Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu na noite desta quarta-feira, 25, o julgamento sobre as regras para pagamento dos precatórios - dívidas do Poder Público. Os Estados e municípios que possuem as dívidas acumuladas terão que zerar os estoques até o final de 2020. O Tribunal derrubou em 2013 trechos da emenda constitucional 62 de 2009, conhecida como PEC dos Precatórios. A partir de então, os ministros passaram a votar as regras que seriam utilizadas para o pagamento das dívidas.

A emenda dava sobrevida de 15 anos ao parcelamento dos precatórios e previa a correção dos valores pelo índice que corrige a poupança, a Taxa Referencial (TR). Com a decisão, contudo, o prazo passa a ser de cinco anos para pagamento das dívidas a contar de 1º de janeiro de 2016. A correção será realizada por dois índices. ■

26 MAR 2015

BEMPARANÁ

Número de crianças desaparecidas cai no PR

No ano passado o Sicride registrou 254 casos, quantidade que ainda preocupa

Em 2014, o Serviço de Investigação de Crianças Desaparecidas (Sicride), da Polícia Civil, registrou 254 casos de desaparecimentos e fugas de crianças no Paraná, com solução de 100%. O número é menor que o de 2013, quando foram 330 casos no Estado. Ainda assim o número continua alto, por isso para chamar a atenção dos médicos e da sociedade para o desaparecimento de crianças e adolescentes no Brasil, o Conselho Federal de Medicina (CFM) lançou ontem uma campanha durante a Semana Nacional de Mobilização para a Busca e Defesa da Criança Desaparecida, que segue até 31 de março. A ação conta com apoio do Conselho Regional de Medicina do Paraná (CRM-PR).

O CFM desenvolve junto à categoria uma campanha de conscientização desde 2011. Os profissionais médicos e instituições de tratamento médico, clínico, ambulatorial ou hospitalar foram orientados sobre como o quê observar e fazer para ajudar neste esforço contra o desaparecimento de menores.

O documento orienta os médicos a prestarem atenção nas atitudes desses pequenos pacientes: "observar como ele se comporta com o acompanhante, se demonstra medo, choro ou aparência assustada; observar se existem marcas físicas de violência, como cortes, hematomas ou até abusos".

O CFM ainda alerta que

os médicos peçam a documentação do acompanhante. Conforme a orientação do documento, "a criança deve estar acompanhada dos pais, avós, irmão ou parente próximo. Caso contrário, pergunte se a pessoa tem autorização por escrito". Além disso, recomenda-se "desconfiar se o acompanhante fornecer informações desencontradas, contraditórias ou não souber as perguntas básicas".

Sicride — Em geral, os boletins de ocorrência relacionados ao desaparecimento infantil no Paraná são registrados por briga de guarda dos pais, quando um dos responsáveis foge com o filho e o outro aciona a polícia. Ou, ainda, por fuga do lar para chamar a atenção dos pais ou por causa de castigos. Outra situação comum é a que decorre de crianças que saem para brincar e não avisam aos responsáveis, que informam o fato à delegacia.

A orientação inicial do órgão é que, em caso de crianças desaparecidas, os responsáveis mantenham a calma e acionem imediatamente a polícia. A delegada-titular do Sicride, Nilceia Ferraro, esclarece que a polícia deve ser comunicada do desaparecimento assim que o responsável perceber que a criança sumiu, não sendo necessário esperar um período mínimo.

EM 2014

Ocorrências em 2014
(por região no PR)

